


PUBLICIDADE LEGAL

UNICASA Unicasa Indústria de Móveis S.A. 

NIRE nº 43300044513-RS - CNPJ/ME nº 90.441.460/0001-48

Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2022, às 13:30 horas, de modo exclusivamente digital ("AGOE"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente; b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c. Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; d. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e. Deliberar sobre a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e f. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Deliberar sobre proposta da administração de alteração do artigo 29º, alíneas a e b do estatuto social da Companhia, conforme detalhada no quadro comparativo constante no Anexo VI da Proposta de Administração divulgada ao mercado; b. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão da alteração acima, nos termos do Anexo VII da Proposta de Administração divulgada ao mercado; e, c. Aprovar os jornais para publicação dos atos legais da Companhia. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/09. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na AGOE da Unicasa. Conforme disposto no artigo 5º, §3º da Instrução CVM 481/09, os acionistas que pretendam participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 23 de abril de 2022. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Em cumprimento à Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). De modo a facilitar o processamento do pedido e a participação dos acionistas nacionais e estrangeiros, recomendamos que o pedido de voto múltiplo seja realizado com antecedência. A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Instrução CVM nº 481/09, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 - Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>). Bento Gonçalves, RS, 28 de março de 2022. **Gelson Luis Rostirolla** - Presidente do Conselho de Administração



BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO  **Google play**

DISPONÍVEL NA  **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

Vida Saúde Centro Médico de Diagnóstico S.A.
CNPJ nº 08.265.568/0001-46 | NIRE 43300064727

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Vida Saúde Centro Médico de Diagnóstico S.A. (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 8h30min, na sede da Companhia, na Avenida Otto Niemayer, nº 2685, bairro Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91.910-001, para examinarem, discutirem e votarem sobre a seguinte ordem do dia. **ORDEM DO DIA:** (i) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) destinar o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021; e (iii) fixar a remuneração anual global da administração. Porto Alegre/RS, 18 de abril de 2022.

Rafael Taddei Sá - Diretor Presidente.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

LINCK MÁQUINAS S.A.
 C.N.P.J. Nº 92.747.492/0001-00
 NIRE Nº 43300018636.
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
 Convocamos os Senhores Acionistas, da Linck Máquinas S/A, com sede na Avenida das Indústrias nº 500, Bairro Industrial, Eldorado do Sul – RS, a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 10 horas do dia 28 de abril de 2022 a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia:
I – Em Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício apurado em 31 de dezembro de 2021. c) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício 2022. A assembleia, em função dos controles sanitários impostos pela Covid 19, ocorrerá excepcionalmente em plataforma digital. Para participar das assembleias o acionista deverá solicitar o "link de acesso" encaminhando e-mail à Diretoria até às 16h do dia 27 de abril de 2022.
 Eldorado do Sul/RS, 18 de abril de 2022.
 Suzana Maria Matte Linck
 Diretora Presidente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

MALCON PATRIMONIAL S/A – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES - CNPJ nº 18.369.508/0001-27 – NIRE 43300063933. ANÚNCIO DE CONVOCAÇÃO – São convocados os senhores acionistas a se reunirem na sede social nesta Capital, na Rua dos Andradas, nº 1560, Sobreloja, Galeria Malcon, às quinze horas (15h), do dia vinte e nove (29) de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte: ORDEM DO DIA: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) eleger diretoria e fixar a respectiva remuneração. Porto Alegre (RS), 14 de abril de 2022. Renato Malcon - Diretor Presidente. Laura Hofmeister Martins Costa Malcon - Diretora Vice-Presidente.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

MALCON S.A. CNPJ Nº 92.722.255/0001-86 - NIRE - 43300018865. ANÚNCIO DE CONVOCAÇÃO - São convocados os senhores acionistas a se reunirem na sede social nesta Capital, na Rua dos Andradas, nº 1560, Sobreloja, Galeria Malcon, às dez horas (10h), do dia vinte e nove (29) de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte: ORDEM DO DIA: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) eleger diretoria e fixar a respectiva remuneração. Porto Alegre (RS), 14 de abril de 2022. Ricardo Malcon - Diretor Presidente. Renato Malcon - Diretor Vice-Presidente.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

Paludo Participações S.A.
 CNPJ 93.169.340/0001-21 - NIRE 43.3.0003125-0
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocação: Convocamos os acionistas da Paludo Participações S.A., para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará às 9h do dia 29 de abril de 2022, na sede da Companhia, situada na Av. Severo Dullius nº 1.395, 9º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, na cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: (i) Diante da reapresentação das Demonstrações Financeiras e os Relatórios do Auditor Independente relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, retificar as destinações dos resultados dos respectivos exercícios sociais; (ii) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a destinação do resultado do exercício; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração; (iv) aumento do capital social da Companhia em R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem emissão de novas ações; e, (v) alteração do art. 5º do Estatuto Social. Porto Alegre, RS, 19 de abril de 2022. Arlindo Paludo - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A
 CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, que serão realizadas no dia 29 de abril de 2022, às 10 horas, na Rua Furniel Luiz Antônio Vargas, 250 - Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** I. **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021; (ii) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. II. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores; (ii) Recondução/eleição de membros do CA; (iii) Ratificação da celebração do Contrato de Serviço de Transporte Extraordinário de Gás Natural firmado com a Cia. de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS; (iv) Aprovação de assinatura de Contrato de Comodato; (v) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Porto Alegre, 18 de abril de 2022. **Cleber Santiago** - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FORJASUL CANOAS S. A., IND. METALÚRGICA

CNPJ nº 88.313.853/0001-24 – NIRE: 43300003621 – Canoas – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2022, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia sita na Rua Tupi, nº 200, Bairro Igara, em Canoas, RS, CEP 92410-310, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. Destinar o resultado do exercício social encerrado em 31 e dezembro de 2021; 3. Fixar os honorários do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; e, 4. Eleger o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Canoas, RS, 18 de abril de 2022.

Roberto João Manfroi – Conselheiro de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ n.º 08.467.115/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D (“Companhia”), nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/09 (“ICVM 481”), convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2022, às 08:30 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022; (v) a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; (vi) a fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (vii) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022; e (ix) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio de videoconferência na plataforma “Microsoft Teams” observando o disposto na ICVM 481, de forma que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico para participação a distância. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio de sistema eletrônico de votação a distância deverá se cadastrar, impreterivelmente até o dia **27 de abril de 2022**, mediante solicitação pelo e-mail ri@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo. A solicitação de cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Após a validação dos documentos submetidos pela Companhia, o acionista receberá, nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia, as informações necessárias à sua participação. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@equatorialenergia.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico para participação a distância, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o respectivo cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Em linha com o previsto na ICVM 481, no caso de acionistas que desejarem se manifestar durante a Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para aquele mesmo acionista serão desconsideradas. Nos termos da ICVM 481, serão considerados presentes à Assembleia os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar cópia simples dos seguintes documentos: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante de titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, com no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação; e/ou (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na assembleia geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo em sua solicitação de acesso. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na assembleia geral deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou ter sido assinada por certificado digital autorizado pela ICP Brasil. Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na assembleia geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A.; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<http://ri.equatorialenergia.com.br>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

Porto Alegre/RS, 05 de abril de 2022.

Augusto Miranda da Paz Júnior

Presidente do Conselho de Administração

equatorial
ENERGIA


ACOMPANHE COM PRATICIDADE
AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES
E EXCLUSIVAS DO DIA



BAIXE O
APP JC



PUBLICIDADE LEGAL

	COMPANHIA ABERTA - código CVM 94 CNPJ 92.693.019/0001-89 NIRE JUCERGS 43.3.0000227-6
FATO RELEVANTE	
<p>A DIRETORIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA PANATLÂNTICA S.A. ("COMPANHIA"), EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 6.404/76, ARTIGO 157, § 4º, E NA INSTRUÇÃO CVM Nº 358/02, COMUNICAÇÃO MERCADO QUE, EM 18 DE ABRIL DE 2022, A COMPANHIA FOI CIENTIFICADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A RESPEITO DO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO REALIZADO JUNTO AO SISTEMA E-CAC DO MESMO ÓRGÃO, RELACIONADO AO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5010217-32.2019.4.04.7201/SC, ATRAVÉS DO QUAL FOI RECONHECIDO, EM FAVOR DA PANATLÂNTICA CATARINENSE S/A, SOCIEDADE EMPRESÁRIA INSCRITA SOB O CNPJ Nº 76.874.528/0001-51, A QUAL É SUBSIDIÁRIA INTEGRAL COMPANHIA ("CONTROLADA"), O DIREITO À COMPENSAÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS EM FACE DA INCLUSÃO DO IMPOSTO ESTADUAL DO ICMS, CONSTANTE NAS NOTAS FISCAIS DE SAÍDA, NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS DO PIS E DA COFINS, DECISÃO ESTA QUE TRANSITOU EM JULGADO EM 08/03/2021. EM FACE DO DEFERIMENTO DA HABILITAÇÃO JUNTO À RECEITA FEDERAL DO BRASIL, A CONTROLADA ESTÁ AUTORIZADA A REALIZAR A TRANSMISSÃO DA DCOMP, SENDO QUE A HOMOLOGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO AINDA ESTARÁ SUJEITA À AUDITORIA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 74 DA LEI Nº 9.430/1996. O VALOR APURADO PELA ADMINISTRAÇÃO DA CONTROLADA, NO MONTANTE DE R\$ 41.897.587,99 (QUARENTA E UM MILHÕES, OITOCENTOS E NOVENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), SERÁ INCLUÍDO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA, REFERENTES AO 2º TRIMESTRE DE 2022, E PASSARÁ A SER COMPENSADO A PARTIR DE ABRIL DE 2022 COM OS DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM PARÂMETROS ADEQUADOS À EXPECTATIVA DE SUA FUTURA HOMOLOGAÇÃO. GRAVATAÍ/RS, 20 DE ABRIL DE 2022. JOSÉ ANTONIO SILVA VARGAS - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES </p>	

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

 agencias@jornaldocomercio.com.br

 comercial@jornaldocomercio.com.br

 (51) 3213-1333 / 3213-1338

 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

CASA DAS CORRENTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ: 92.690.478/0001-09 - NIRE 43300059651

Relatório da Administração - Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2021, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)			
Ativo	Controladora		Consolid.
	NE	2021	
Circulante			
Caixa e equiv. de caixa	4	1.822	1.223
Contas a rec.de clientes	5	12.329	9.566
Estoques	6	34.184	24.202
Impostos a recuperar	7	1.871	764
Devedores diversos	8	43	44
Despesas antecipadas	162	173	173
Total do ativo circulante		50.411	35.972
Não circulante			
Depósitos judiciais	13	50	55
Impostos a recuperar	7	43	33
IR e contr. social difer.	15	1.707	3.321
Investimentos	8	-	515
Imobilizado e intangível	9	1.531	6.086
Total do ativo não circ.		3.331	10.010
Total do ativo		53.742	45.982

Demonstrações dos Resultados			
NE	Controladora		Consolid.
	2021	2020	
Receita operac. líquida	17	85.442	52.303
Custo produtos vend.	20	(56.149)	(36.669)
Lucro bruto		29.293	15.634
Rec. (desp.) operacionais			
Contr vendas	20	(5.901)	(4.418)
Gerais e administrativas	20	(7.420)	(5.675)
Outras rec. desp. oper.	19	18	(19)
Lucro (prej.) operacional		(13.133)	(10.112)
antes do result. financeiro			
Resultado financeiro		16.160	5.522
Receitas financeiras	18	278	46
Despesas financeiras	18	(457)	(535)
Variação cambial, liq.	18	(123)	(662)
		(302)	(1.151)
Lucro antes do IR e da contribuição social		15.858	4.371
Corrente	15	(3.386)	(769)
Diferidos	15	(1.614)	(344)
		(5.000)	(1.113)
Lucro liq. do exercicio		10.858	3.258

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Capital social	Reserva de incent. Fiscais	Reserva de Lucros		Lucros acumul.	Totais
		Res. Legal	Res. de Lucros		
2.100	420	326	18.499	-	21.345
-	-	-	-	3.258	-
16	-	94	-	(94)	3.258
-	-	-	-	(1.020)	-
-	-	-	-	(815)	(1.020)
-	-	-	1.329	(1.329)	-
16	420	420	19.828	-	22.768
-	-	-	-	10.858	-
-	-	-	-	(1.070)	(1.070)
-	-	-	-	(4.800)	(2.714)
-	-	-	-	7.074	(7.074)
2.100	420	-	22.102	-	25.042

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.858	3.258
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos result. abrang. do exercício	10.858	3.258

Notas Explicativas

1. **Informações gerais:** A Casa das Correntes Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade anônima fechada (procedeu à transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima fechada em 05/07/2016 conforme Ata de Assembleia Geral arquivada na Junta Comercial do RS), com sede e foro na Rua Maurício Sirotski Sobrinho, 860, Sala A, Andar 2, em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais e indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. As provisões para estoques de baixa rotatividade e obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. f) **Investimento:** O investimento em empresa controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Com base nesse método o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na investida. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. g) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da sua depreciação acumulada. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os serviços profissionais e demais gastos utilizados na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado, depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. h) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do imobilizado e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. i) **Tributação: Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Controladora	Consolid.	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(30)	(8)	(8)
Adições	(20)	(24)	(24)
Recebimento	39	2	2
Baixa para perda	(6)	-	-
Saldo no fim do exercício	5	(30)	(30)

7. **Impostos a recuperar:**

Controladora	Consolid.	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(30)	(8)	(8)
Adições	(20)	(24)	(24)
Recebimento	39	2	2
Baixa para perda	(6)	-	-
Saldo no fim do exercício	5	(30)	(30)

8. **Investimentos:** Em 14 de dezembro de 2020 a Casa das Correntes adquiriu 100% das quotas da Empresa TC Fallgatter Comércio Exterior Ltda., pelo valor de R\$515. A Controlada não apresentou operação desde a aquisição pela Casa das Correntes. Em 01 de abril de 2021, houve a incorporação da empresa TC Fallgatter Com Exterior pela Companhia, após esta incorporação a Empresa Casa das Correntes deixou de possuir qualquer participação em outras sociedades.

Edificações e benfeitorias	Instal.	Máquinas e equip.	Móveis e utensílios	Equip. Inform.	Softwares	Ferram.	Obras em andam.		Total
							31/12/21	31/12/20	
Saldo em 2019	5.066	250	358	744	300	555	92	25	105
Adições	62	-	1	101	37	52	-	5	66
Baixas	-	-	-	(68)	-	-	-	-	(68)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	63	(63)
Saldo em 2020	5.128	250	359	845	607	92	92	108	7.751
Adições	-	-	193	79	128	-	-	-	69
Baixas	(5.128)	-	-	(265)	-	-	-	-	(5.163)
Transferência	-	-	-	5	-	-	-	-	(5)
Saldo em 2021	-	250	552	929	735	92	92	172	3.057

9. **Imobilizado e intangível:**

31/12/21	31/12/20
Saldo no início do exercício	(1.134)
Constituição de provisão	(216)
Reversão de provisão	689
Saldo no fim do exercício	(661)

10. **Forneceadores:**

31/12/21	31/12/20
Forneceadores curto prazo:	
Material para revenda:	-
Mercado interno	16.382
Mercado externo	619
Partes relacionadas	-
Serviços:	
Mercado interno	361
Partes relacionadas	18
Matérias-primas e insumos	921
	18.301

11. **Empréstimos e financiamentos:**

Instít. financeira	Modalidade	Taxa - %	31/12/21	31/12/20
Banco do Brasil S/A	Cap. de Giro	4,23 a 4,98% a.a + CDI	85	425
Banco Safra	Cap. de Giro	8,95% a.a.	815	1.007
Banco Itai S/A	CDV Veículos	16,33% a.a.	14	-
Banco Santander	Desc. de duplicata	8,79 %aa	-	2.894
BNDES	Finame	16,63%	-	26
			917	4.352
Circulante			394	3.459
Não circulante			524	893
			918	4.352

12. **Impostos e contribuições a recolher:**

31/12/21	31/12/20
Contrib. p/lo Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	- 236
Contrib. de Integ. Social (PIS)	- 51
IR Retido na Fonte (IRRF)	93
Contrib. sociais s/ prestação serviços	20
Imp. sobre Prod. Industrializados (IPI)	61
Contrib. Especial Regul. Tribut. (PERT) (a)	392
Imp. Circ. de Mercadorias (ICMS)	831
Outros	110
Total circulante	1.507
Prog. Especial Regul. Tribut. (PERT) (a)	2.683
Total	2.683

13. **Provisão para litígios e depósitos judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos 14. **Transações com partes relacionadas:** As transações administrativas perante vários tribunais e órgãos comerciais praticadas com partes relacionadas seguem operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, as partes, que consideram o volume das transações e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, bem como, na experiência relacionada.

ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido. l) **Reconhecimento de receita: Receita de vendas:** A receita é mensurada pela venda justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando as condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão das mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade em controle efetivo sobre tais mercadorias. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que benefício econômico associado à transação fluirá para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade legal é transferida. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. m) **Moeda funcional e moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. n) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros básicos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros) e de alíquotas e rendimentos de juros e despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. o) **Mudanças nas políticas contábeis: Normas novas aplicadas pela primeira vez em 2019:** Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2019. A administração da Companhia avaliou tais normas e concluiu que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, todavia podem ter requerido divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas. A administração revisou as normas e interpretações emitidas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, e em sua avaliação não haverá impactos relevantes às demonstrações financeiras. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, desvalorização dos estoques e provisão para riscos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas em estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. 4. **Caixa e equivalentes de caixa:**

ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido. l) **Reconhecimento de receita: Receita de vendas:** A receita é mensurada pela venda justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando as condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão das mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade em controle efetivo sobre tais mercadorias. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que benefício econômico associado à transação fluirá para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade legal é transferida. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. m) **Moeda funcional e moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. n) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros básicos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros) e de alíquotas e rendimentos de juros e despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. o) **Mudanças nas políticas contábeis: Normas novas aplicadas pela primeira vez em 2019:** Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2019. A administração da Companhia avaliou tais normas e concluiu que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, todavia podem ter requerido divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas. A administração revisou as normas e interpretações emitidas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, e em sua avaliação não haverá impactos relevantes às demonstrações financeiras. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, desvalorização dos estoques e provisão para riscos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas em estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. 4. **Caixa e equivalentes de caixa:**

ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido. l) **Reconhecimento de receita: Receita de vendas:** A receita é mensurada pela venda justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando as condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão das mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade em controle efetivo sobre tais mercadorias. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que benefício econômico associado à transação fluirá para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade legal é transferida. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. m) **Moeda funcional e moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. n) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros básicos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros) e de alíquotas e rendimentos de juros e despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. o) **Mudanças nas políticas contábeis: Normas novas aplicadas pela primeira vez em 2019:** Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2019. A administração da Companhia avaliou tais normas e concluiu que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, todavia podem ter requerido divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas. A administração revisou as normas e interpretações emitidas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, e em sua avaliação não haverá impactos relevantes às demonstrações financeiras. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, desvalorização dos estoques e provisão para riscos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas em estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. 4. **Caixa e equivalentes de caixa:**

ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido. l) **Reconhecimento de receita: Receita de vendas:** A receita é mensurada pela venda justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando as condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão das mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade em controle efetivo sobre tais mercadorias. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que benefício econômico associado à transação fluirá para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade legal é transferida. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contá

Continuação		Casa das Correntes Indústria e Comércio S.A CNPJ: 92.690.478/0001-09 NIRE: 43300059651	
Ativo:	31/12/21	31/12/20	
Duplicatas a receber:			
Metalúrgica Fallgatter Ltda.	213	8	
TC Fallgatter Com. Ext. Ltda.	-	1	
	213	9	
Passivo:			
Duplicatas a pagar:			
Metalúrgica Fallgatter Ltda.	619	619	
TC Fallgatter Com. Ext. Ltda.	-	467	
Selicom Adm. e Particip. Ltda.	18	-	
Juros s/ cap. próprio e dividendos	-	5.137	
Juros s/ cap. próprio e divid. a pagar	2.821	6.223	
	3.458	6.223	
Resultado:			
Vendas de produtos:			
Metalúrgica Fallgatter Ltda.	531	287	
Compra de produtos:			
Metalúrgica Fallgatter Ltda.	5.549	3.158	
Aluguéis:			
Selicom Adm. e Part. Ltda.	255	216	
	6.335	3.661	
15. Imposto de renda e contribuição social:			
a) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:			
	31/12/21	31/12/20	
Lucro (prej.) antes do IR e da CSLL	15.858	4.371	
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal de 34%	(5.390)	(1.486)	
Juros sobre o capital próprio	364	347	
Despesas não dedutíveis	(2)	(2)	
Outros	28	28	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.000)	(1.113)	
Composição do IR e da contribuição social no resultado do exercício:			
Corrente	(3.386)	(769)	
Diferido	(1.614)	(344)	
	(5.000)	(1.113)	
b) Composição dos saldos de impostos diferidos: A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está descrita a seguir:			
	31/12/21	31/12/20	
Ativo			
Provisões:			
Perdas nos estoques	225	349	
Devedores duvidosos	2	10	
Trabalhistas	54	48	
Tributárias	3	-	
Comissões	26	19	
Despesas diversas	4	39	
Prej. fiscal e base negativa de CSLL	1.393	2.856	
Não Circulante	1.707	3.321	
	3.804	7.001	
16. Patrimônio líquido: a) Capital social:			
dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é composto pelo valor em reais de R\$2.100.000, distribuídos entre os acionistas, conforme tabela abaixo expressa:			
Acionista	Saldo	Participação - %	
Eliana M. W. Neumann	744.999	35,4761	
Cristiane W. Neumann Holl	451.667	21,5080	
Carolina W. Neumann	451.667	21,5080	
Camilla W. Neumann	451.667	21,5080	
Total	2.100.000	100,0000	
b) Reserva de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Reservas de incentivos fiscais: Incentivo fiscal de ICMS oriundos do Decreto Estadual nº 4.852/97, Estado de Goiás. O benefício foi encerrado em 2011. c) Distribuição de lucros: A Administração atribuiu, com base no resultado de 31 de dezembro de 2021, a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$1.070 (R\$1.020 em 2020), calculados de acordo com os limites previstos na Legislação. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado como juros sobre o capital próprio foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 363 (R\$347 em 2020). Para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras, referidos juros foram tratados como se fosse distribuição de lucros e foram apresentados como redução a lucros acumulados no patrimônio líquido.			
	31/12/21	31/12/20	
Lucro líquido	10.858	3.258	
Deduções:	-	(94)	
	10.858	3.164	
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	2.714	791	
Dividendo sobre reserva de lucros	4.800	24	
	7.514	815	
17. Receita operacional:			
Receita de venda	114.890	71.481	
Impostos sobre vendas	(26.890)	(17.759)	
Devoluções de vendas	(2.558)	(1.419)	
	85.442	52.303	
Receita líquida			
18. Resultado financeiro:			
Receitas financeiras:			
Juros ativos	17	40	
Juros de atualização Selic	104	-	
Rendimento de aplicações	87	-	
Outros	60	-	
Descontos obtidos	10	6	
	278	46	
Despesas financeiras:			
Juros	(165)	(281)	
Despesas bancárias	(181)	(233)	
IOF	(28)	(5)	
Outras	(83)	(16)	
	(457)	(535)	
Variação cambial, líquida:			
Variação cambial ativa	1.966	2.892	
Variação cambial passiva	(2.089)	(3.554)	
	(123)	(662)	
19. Outras receitas (desp.) operacionais líquidas:			
Outras receitas:			
Receita de incentivos fiscais	1	1	
Ganho na venda de ativo	39	48	
Red. de Juros Parcelamento - PERT	77	-	
Recuperação PIS COFINS - redução base de cálculo ICMS	162	-	
Outras	-	20	
Outras despesas:			
Multas	(2)	-	
Doações e brindes	-	(4)	
Auto de infração IPI - valor juros	(89)	(84)	
Outras receitas (despesas), líquida	188	(19)	
20. Despesas por natureza:			
Despesas por função			
Custo dos produtos vendidos	(56.149)	(36.669)	
Despesas comerciais	(5.900)	(4.418)	
Despesas administrativas e gerais	(7.421)	(5.675)	
	(69.470)	(46.762)	
Despesas por natureza			
- Matéria-prima e revenda	(56.149)	(36.669)	
- Gastos com pessoal	(8.210)	(5.827)	
- Comissões e fretes sobre vendas	(1.872)	(1.555)	
Despesa serviços profissionais contratados	(772)	(338)	
Outras despesas operacionais	(942)	(928)	
Aluguéis	(517)	(485)	
Despesa com manutenção de software	(510)	(471)	
Depreciações e amortizações	(369)	(397)	
Energia elétrica	(129)	(93)	
	(69.470)	(46.762)	
21. Seguros: Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:			
Finalidade do seguro		Importância segurada	
- Compreensivo empresarial		24.473	
- Responsabilidade civil geral		4.000	
- Veículos		200	
- Lucros cessantes		7.876	
Diretoria: Caroline Winck Neumann - Diretora Presidente.			
Contadora: Sonia Aparecida Freitas de Lima - CRC-RS 057853/O-7			

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TESB Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.
 CNPJ/ME 13.289.882/0001-07 - NIRE 4.330.005.852-2

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia **29 de abril de 2022, às 10h30**, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meeting, para analisar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária:** a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b. Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; d. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e. Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Estatuto Social da Companhia. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Aprovação da alteração da cláusula 5ª do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com emissão de novas ações correspondentes ao aumento. **Informações Gerais:** 1. Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpl.com.br com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) **pessoa física** - documento de identificação com foto; (ii) **pessoa jurídica** - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastro prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. A Companhia aceitará cópias simples de procurações outorgadas no Brasil sem reconhecimento de firma em cartório e serão aceitas, em caráter excepcional, procurações eletrônicas assinadas digitalmente observadas as condições acima. 4. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado.

Porto Alegre, 20 de abril de 2022
André Luiz Gomes da Silva - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS



BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

IBCMED Serviços de Educação S.A.
CNPJ/ME nº 05.610.260/0001-00
NIRE nº 43300067548
Certidão da Ata de Reunião
Extraordinária do Conselho de Administração
Certifico o Registro da Ata de Reunião Extraordinária
do Conselho de Administração Realizada em 28 de
Março de 2022 às 09:00 horas na Junta Comercial,
Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o nº
8216967 e Protocolo nº 221032185 em 30/03/2022.
Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário
Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



TMSA Tecnologia em Movimentação S/A
Relatório da Administração

Senhores Acionistas e demais Stakeholders
Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Colaboradores e Sociedade em Geral, o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S.A., relativas ao exercício de 2021.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
Table with columns: Circulante, Não Circulante, ATIVO, PASSIVO, Nota, 2021, 2020.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Table showing changes in equity components: Capital Social, Reserva Legal, Reserva de Lucros, Invest. e Capital de Giro, Reserva de Avaliação, Resultados Abreangentes, Lucros (Prejuízos) Acumulados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto Operacional: A TMSA - Tecnologia em Movimentação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e controle acionário nacional, com sede em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Sua atividade preponderante é a fabricação de máquinas, equipamentos e acessórios para movimentação e processamento de graneis sólidos.

pressivo crescimento de volume e margem. A 'Unidade SC - Soluções Customizadas' - ciclo longo - obteve expressivo aumento no volume de vendas no Segmento de Mineração, mas teve que enfrentar forte concorrência e compressão de preços, em especial no Segmento de Terminais Portuários, em que poucos projetos foram efetivamente comprados (da TMSA e/ou seus concorrentes), devido a diversas postergações nas decisões de compra pelos Clientes.

Operacionais (em R\$ milhões) 2021 2020 Var.% Índices 2021 2020
Table with columns: Receita Líquida, Lucro Bruto, EBITDA, EBITDA Aj. (*), Lucro Líquido (**), Ativo Total, Dívida Líquida.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Table showing income statement items: Receita Operacional Líquida, Despesas Operacionais, Lucro Operacional, Lucro Líquido do Exercício.

Demonstrações dos Resultados Abreangentes dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

Table showing comprehensive income statement items: Lucro líquido do exercício, Ajuste de conversão s/invest. exterior, Ajuste de conversão s/instrumentos, Valores a vencer, Vencidos.

Estoque: Mercadorias para Revenda, Matérias Primas, Materiais de Embalagem e Acondic., Produtos Intermediários, Produto em Processo, Produto Acabado, Ordens de Produção em Andamento, Ordens de Serviço em Andamento.

5. Contas a Receber de Clientes: A abertura das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue: Circulante, Não Circulante.

6. Estoque: Os impostos a recuperar são em decorrência das operações da atividade fim; (b) No ano de 2021 foi encerrado saldo credor de ICMS R\$ 3.570.943, no estado de MG.

Temos uma visão otimista para 2022, pois iniciamos o ano com carteira de pedidos a realizar superior a R\$ 230 milhões - cuja maior parte dos contratos tem cláusulas de reajuste, convicidos de que o cenário decorrente desse ignóbil conflito Rússia x Ucrânia não evoluirá para uma escala global e que os elevadíssimos preços das commodities agrícolas e minerais são, antes de mais nada, grande oportunidade, historicamente quase garantia de continuidade nas intenções de investimento de nossos Clientes.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 - Método Indireto
Table with columns: Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais, Fluxo de Caixa das Ativ. de Investim., Fluxo de Caixa das Ativ. de Financ.

Descrição

Table showing cash flow details: Investimentos em controladas (a), Outros investimentos (c), Provisão p/Perda de Investimento (b), Movimentação dos investimentos em controladas, Passivo Não Circulante, Total Pessoas Físicas, Saldo a pagar da conta corrente com parte relacionada referente a contratos de mútuo, e outros atualizados com base na taxa média de captação, conforme indicador interno da empresa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

11. Imobilizado:		Custos		Baixas		Transferência (+)		Transferência (-)		Saldo em 31/12/2021	
	Saldo em 31/12/2020	Adições									Saldo em 31/12/2021
Terenos	8.891.463	-	-	-	-	-	-	-	-	8.891.463	
Prédios	25.191.248	-	-	204.206	-	-	-	-	-	25.395.454	
Máquinas/equipamentos	29.362.176	819.848	(16.000)	2.615.099	(76.354)	-	-	-	-	32.704.769	
Móveis e utensílios	4.629.220	176.901	(10.584)	46.349	-	-	-	-	-	4.841.887	
Veículos	2.209.802	90.423	(385.013)	-	-	-	-	-	-	1.915.212	
Equip. eletrônicos de dados	8.046.503	1.017.321	(40.131)	20.392	-	-	-	-	-	9.044.086	
Imobilizações em andamento	1.434.904	4.105.126	-	81.586	(3.968.412)	-	-	-	-	1.653.204	
Outros	3.810.254	-	-	358.216	-	-	-	-	-	4.168.470	
Saldo no final do exercício	83.575.570	6.209.620	(451.727)	3.325.849	(4.044.766)					88.614.546	
Depreciação Acumulada											
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (+)	Transferência (-)					Saldo em 31/12/2021	
Prédios	4% a 10%	(13.713.096)	(1.021.979)	-	-	-	-	-	-	(14.735.074)	
Máquinas/equipamentos	10% a 25%	(19.173.124)	(1.613.683)	12.800	-	-	-	-	-	(20.774.007)	
Móveis e utensílios	10%	(3.774.532)	(211.735)	5.569	-	-	-	-	-	(3.980.698)	
Veículos	20% a 25%	(1.849.903)	(101.058)	295.610	-	-	-	-	-	(1.655.352)	
Equip. eletrônicos de dados	20%	(6.923.105)	(468.434)	40.131	-	-	-	-	-	(7.351.408)	
Outros	4% a 10%	(2.414.127)	(331.963)	-	-	-	-	-	-	(2.746.090)	
Saldo no final do exercício	(47.847.887)	(3.748.852)	354.110	3.325.849	(4.044.766)					(51.242.629)	
Saldo líquido imobilizado	35.727.683	2.460.768	(97.617)	3.325.849	(4.044.766)					37.371.917	

Com base no Pronunciamento técnico CPC 01 emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) a Companhia faz o teste de Impairment, para a determinação do valor recuperável do Ativo Imobilizado e Intangível. Como premissa utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado e projeções econômico-financeiras. As projeções levam em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade. A Companhia concluiu que não existem indícios que demandem provisão para redução de seu valor recuperável para o período findo em 31/12/2021. 12. Intangível:

Custos		Baixas		Transferência (+)		Transferência (-)		Saldo em 31/12/2021	
	Saldo em 31/12/2020	Adições							Saldo em 31/12/2021
Sistemas aplicativos (software)	9.072.148	108.825	(4.701)	307.647	(282.299)	-	-	-	9.201.621
Desenv. de Novos Produtos	19.441.372	3.849.455	(732.753)	3.310.607	(3.330.287)	-	-	-	22.538.392
Marcas e patentes	466.326	290.144	(10.314)	3.445	(3.445)	-	-	-	746.155
Saldo no final do exercício	28.979.845	4.248.423	(747.768)	3.621.698	(3.616.030)				32.486.168

Amortização Acumulada

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (+)	Transferência (-)	Saldo em 31/12/2021
Sistemas aplicativos (software)	20%	(8.360.681)	(79.480)	-	-	(8.440.161)
Desenv. de Novos Produtos	10%	(1.285.858)	(1.901.547)	856	-	(3.186.549)
Marcas e patentes	10%	(96.584)	(16.708)	-	-	(113.292)
Saldo no final do exercício	(9.743.123)	(1.997.736)	856	3.621.698	(3.616.030)	(11.740.204)

Saldo líquido Intangível: 19.236.722

13. Fornecedores:

Passivo Circulante

	2021	2020
Fornecedores no País	51.847.557	26.985.879
Fornecedores no Exterior	2.760.412	2.752.354
Fornecedores Terceirização	24.913.355	7.466.481
(-) Compra Entrega Futura	-	1.313
Saldo no final do exercício	79.521.324	37.206.026

Ativo Circulante

	2021	2020
Adiantamento a Fornec. no País	19.040.596	9.465.792
Adiantamento a Fornec.no Exterior	7.157.805	4.473.604
Saldo no final do exercício	26.198.400	13.939.396

a) O Saldo de "Adiantamentos a Fornecedores" refere-se a antecipações feitas para suportar o avanço das terceirizações nas obras contratadas. À medida que as entregas são executadas conforme pactuado, o fornecedor emite a nota fiscal, logo incorre fatos permutativos entre contas do grupo de Fornecedores no Passivo, e os saldos são compensados.

(*) Adiantamento a Fornecedores no Exterior são classificados no grupo de Estoque no subgrupo "Importações e Andamento" nota 06 - "Estoque", pois refere-se adiantamento para compra de matéria-prima.

14. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

	2021	2020
Férias a Pagar	4.542.529	3.274.631
Encargos s/Férias a Pagar	1.633.689	1.182.098
Salários e Ordenados a Pagar	1.277.740	1.364.060
INSS/SESI/SENAI a Pagar	1.147.949	1.079.336
FGTS a Pagar	384.563	493.311
IRRF s/Salários a Recolher	894.509	699.662
Outros	114.461	104.040
Participações no Resultado a Pagar	2.932.969	-
Saldo no final do exercício	12.928.409	8.197.138

15. Obrigações Tributárias:

Circulante

	2021	2020
ICMS a Recolher	547.163	521.586
ISSQN a Recolher	95.137	150.417
INSS Retido a Pagar	150.217	254.884
IRRF a Recolher	35.883	14.438
PIS a Recolher	412.455	-
COFINS a Recolher	1.911.698	-
PIS/COFINS/CSLL Retidos a Rec.	71.213	50.177
Outros	82.277	54.352
Saldo no final do exercício	3.306.042	1.045.853

Não Circulante

	2021	2020
Outros Impostos Diferidos	5.883.453	1.315.742
Outros	425.353	472.873
Saldo no final do exercício	6.308.806	1.788.614
Saldo no final do exercício	9.614.848	2.834.467

16. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: Apresentação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:

	2021	2020
Encargos anuais	2021	2020
FINAME	15.635.936	166.184
CDI + 2,47%	72.452	160.468
CDC	27.222.792	36.478.337
Capital de Giro	56.659.958	-
CDI + 4,15%	-	-
Capital de Giro Lei 4131	-	-
CDI + 3,59%	-	-
NCE	-	712.773
FINEP	4,54%	30.677.933
Financiamento em Euro	Var. Cambial	1.606.910
+ 3,99%	273.861	796.231
FINIMP	CDI + 3,94%	132.149.841
	79.199.857	79.199.857
Saldo no final do exercício	82.240.954	39.194.703
Saldo no final do exercício	49.908.888	35.535.154

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	2021	2020
Ano	12.650.099	-
2022	29.828.345	12.811.963
2023	8.864.986	3.393.469
2024	4.526.491	1.391.958
2025	1.398.815	5.287.665
2026	5.290.250	-
2027 a 2030	49.908.888	35.535.154

18. Subvenção a Realizar: Em 23 de abril de 2014 a CIA e a Empresa Simeros Projetos Eletromecânicos LTDA assinaram um Contrato de Concessão de Subvenção Econômica - INOVA PETRO 01/2012 sob o número 03/14/0236/00 sendo a referida subvenção aprovada, mediante projeto com montante total na ordem de R\$ 2.909.880. Abaixo o acompanhamento da Subvenção:

	31/12/2021	31/12/2020		
Parcelas em	Subvenção aprovada	Subvenção a receber	Subvenção Recebida	Contrapartida prevista
02/03/2015	332.886	-	332.886	2.536.440
11/12/2017	332.886	-	332.886	2.536.440
07/06/2019	374.210	-	374.210	2.536.440
07/06/2019	374.209	-	374.209	2.536.440
18/12/2019	374.209	-	374.209	1.148.940
30/11/2020	374.209	-	374.209	1.148.940
30/11/2020	186.818	-	186.818	1.148.940
A vencer	568.454	568.454	-	2.297.880
Valor Contratado	2.909.880	560.453	2.349.427	15.890.462
Subvenção Recebida	2.349.427	-	-	-
Rec.Despesas Financeiras de Subvenção	14.075	-	-	-
Recursos Aplicados em Projetos	(1.901.017)	-	-	-
Subvenção a Realizar - Passivo Circulante	462.485	462.485	462.485	462.485

19. Provisões Para Contingências: a) Provisões Prováveis: A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista; e outras contingências relacionadas a contratos de clientes. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis, além destas, a empresa avalia periodicamente a probabilidade de saída de recursos para a liquidação de obrigações relacionadas a carteira de clientes, conforme a seguir:

	2021	2020
Contingências Trabalhistas	1.713.438	1.258.676
Contingências Cíveis	2.002.883	1.802.000
Provisões para Perdas em Controlada	128.512	63.066
Outras Contingências	7.096.134	16.104.828
Saldo no final do exercício	10.940.967	19.228.570

b) Provisões Possíveis: Fundamentado na opinião dos nossos consultores jurídicos e avaliação da Administração, os processos a seguir são classificados como possíveis, portanto, não devem ser reconhecidas, os valores destas contingências correspondem a:

	2021	2020
Contingências Tributárias	4.075.576	6.159.840
Contingências Trabalhistas	1.222.364	3.276.450
Contingências Cíveis	2.106.823	1.797.914
Saldo no final do exercício	7.404.764	11.234.203

20. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: O capital subscrito e integralizado é de R\$ 40.000.000, dividido em 5.412.116 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) Reserva de Lucros: Reserva Legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva constituída é apresentada conforme composição a seguir:

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	1.941.700	6.303.350
Reserva Legal	5%	5%
Saldo no final do exercício	97.085	315.167

Reserva Legal Constituída

Reserva de Retenção de Lucros: Constituída pela apropriação de lucros da companhia, de acordo com o § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para posterior distribuição aos acionistas conforme aprovado em ata. Reserva para Investimentos e Capital de Giro: É composta pela parcela de lucros não distribuídas aos acionistas. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização e ou pagamento de dividendos e juros sobre o capital. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido do Exercício, obedecendo aos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. Pode, a Assembleia Geral, no entanto, com consentimento de todos os acionistas presentes, decidir pela diminuição na distribuição dos lucros ou, até mesmo, pela retenção total dos dividendos. No exercício de 2021, foi constituído dividendos de R\$ 2.000.000 (R\$ 800.000 em 2020) calculados de acordo com a Lei 9249/95, na forma de dividendos. Reserva de Reavaliação: Em 2021 o saldo da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social constituída sobre a Reserva de Reavaliação é de R\$ 1.707.624 (R\$ 1.804.004 em 2020), e a realização da Reserva de Reavaliação é de R\$ 398.724 (R\$ 401.204 em 2020) reconhecida em Resultados Acumulados. Reserva de Incentivos Fiscais: Ao longo deste exercício social foi constituída a reserva de incentivos fiscais, oriundo de benefício concedido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o qual foi registrado nas Demonstrações Financeiras, em conta redutora do grupo impostos sobre vendas, sendo apurado somente durante a vigência da respectiva Lei deste incentivo e contabilizado no resultado de cada período, posteriormente transferido para reserva de lucros, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. c) Resultados Abrangentes: Ajuste de avaliação patrimonial: Outros Resultados Abrangentes: Em conformidade com as melhores práticas internacionais e aderente aos padrões contábeis brasileiros e de acordo com NBCGT 48, os valores classificados como instrumentos de Hedge fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação Patrimonial", e levados para o resultado quando incorridos. As execuções destas operações seguem a

política de gestão de risco financeiro de Hedge e tem como principal objetivo proteger a companhia contra os movimentos nocivos de variáveis de mercado (especialmente em taxas de câmbio), o objetivo desta política é estabelecer diretrizes e limites que visem proteger as margens negociadas e projetadas pela companhia. Mais valia: Em 2021 o saldo da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social constituída sobre a Mais Valia corresponde ao montante de R\$ 2.618.215 (R\$ 2.692.677 em 2020), e a Realização do Ajuste de avaliação da Mais Valia por baixa e depreciação foi de R\$ 219.005 (R\$ 219.957 em 2020) reconhecida em Resultados Acumulados.

21. Receita Líquida: Composição da Receita Líquida

	2021	2020
Receita Bruta		
Venda de Produtos e Serviços	440.806.740	298.609.988
Receita Bruta	440.806.740	298.609.988
Impostos, Devoluções e Abatimentos	(60.430.590)	(28.580.071)
Receita Líquida	380.376.150	270.029.917

22. Despesas Operacionais por Natureza e Função:

	2021	2020
Natureza da Despesa		
Matérias-Primas, Materiais de Uso e Consumo, Mão-de-obra e Serviços	(352.534.653)	(258.883.411)
Ociosidade Fabril	(14.800.856)	(9.776.785)
Depreciação e Amortização	(5.691.655)	(5.007.801)
Saldo no final do exercício	(373.027.164)	(273.667.997)

Função da Despesa

	2021	2020
Custo Com Produtos e Serviços Vendidos	(337.352.458)	(243.682.907)
Despesas Administrativas e Comerciais	(35.494.940)	(29.809.566)
Honorários dos Administradores	(179.766)	(175.523)
Saldo no final do exercício	(373.027.164)	(273.667.997)

23. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:

	2021	2020
Baixa por Prescrição de Créditos	(1.270.188)	(1.127.888)
Impostos Não Recuperáveis	(1.095.483)	(668.187)
Receita na venda de sucata líquida	28.064	37.966
Doação Combate COVID-19	993.418	432.132
Bonificações/Garantias e Indenizações Recebidas	(5.536)	(64.609)
Recuperações Fiscais	181.967	1.481.895
Outras Receitas/Despesas	6.313	1.870.682
Saldo no final do exercício	(1.358.455)	2.430.834

24. Resultado Financeiro: É composto por:

	2021	2020
Juros Aplicação Financeira	1.080.581	966.670
Atualização de tributos	461.969	665.069
Juros Sobre Contas a Receber	59.954	70.395
Atualização Monetária Ativa	1.335.151	4.598.301
Outros	127.861	118.349
Saldo no final do exercício	3.065.518	6.418.784

Despesas

	2021	2020
Juros Sobre Empréstimos	(7.554.433)	(4.942.778)
Descontos Concedidos	(49.015)	(43.797)
Taxas e Comissões de		
Administração Bancária	(961.560)	(1.003.027)
Atualização Monetária Passiva	(777.997)	(1.497.918)

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA

TRAMONTINA INTERNACIONAL S.A.
 CNPJ. 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231
 SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Carlos Barbosa, RS, 20 de abril de 2022. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)

	2021	2020
Ativo	297.133.683,48	219.697.974,47
Circulante	21.858.663,94	7.430.731,78
Disponibilidades	21.858.663,94	7.430.731,78
Bancos disponível	1.221,94	312,02
Bancos investimentos	21.857.442,00	7.430.419,76
Não circulante	275.275.019,54	212.267.242,69
Investimentos	274.563.073,38	212.267.242,69
Ações e participações	274.563.073,38	212.267.242,69
Intangível	711.946,16	-
Passivo	297.133.683,48	219.697.974,47
Circulante	8.745.012,10	3.108,95
Obrigações a pagar	20.104,62	3.108,95
IRPJ/CSLL a pagar	8.724.907,48	-
Não Circulante	238.791.495,33	252.828.508,97
Financiamentos e empréstimos	30.253.908,63	29.401.405,07
Passivo a descoberto	208.537.586,70	223.427.103,90
Patrimônio líquido	49.597.176,05	(33.133.643,45)
Capital social	252.541.000,00	232.541.000,00
Capital integralizado	252.541.000,00	232.541.000,00
Ajustes acumulados de conversão	(71.007.280,02)	(38.114.089,40)
(-) Prejuízos acumulados	(131.936.543,93)	(227.560.554,05)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)

	2021	2020
Resultado da equivalência patrimonial	105.094.333,51	51.078.958,05
Despesas administrativas e gerais	(229.576,42)	(118.413,88)
Outras receitas	370.860,00	355.180,00
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	105.235.617,09	51.315.724,17
Despesas financeiras	(1.320.726,20)	(1.049.640,95)
Receitas financeiras	481.366,48	31.919,82
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	104.396.257,37	50.298.003,04
Imposto de renda e contribuição social	(8.772.247,25)	(4.544,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	95.624.010,12	50.293.459,00

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)

	2021	2020
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	104.396.257,37	50.298.003,04
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajustes por:		
Amortização do exercício	24.549,86	-
Variáveis nos Ativos e Passivos		
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	-	16.315,06
(Aumento/Redução) em contas a pagar	16.995,67	(3.138,06)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.339,77)	(4.544,04)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	104.390.463,13	50.306.636,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo intangível	(736.496,02)	-
Investimentos	(95.189.021,31)	(114.417.405,76)
Passivo a descoberto	(14.889.517,20)	36.624.312,40
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(110.815.034,53)	(77.793.093,36)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução de capital	20.000.000,00	28.282.548,00
Mútuos tomados com partes relacionadas	852.503,56	289.829,92
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	20.852.503,56	28.572.377,92
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	14.427.932,16	1.085.920,56
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	7.430.731,78	6.344.811,22
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	21.858.663,94	7.430.731,78
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	14.427.932,16	1.085.920,56

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	95.624.010,12	50.293.459,00
Ajustes acumulados de conversão	(32.893.190,62)	(24.075.038,08)
Resultado abrangente total	62.730.819,50	26.218.420,92

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	204.258.452,00	(14.039.051,32)	(248.775.657,56)	(58.556.256,88)
Lucro do exercício			50.293.459,00	50.293.459,00
Aumento de capital	28.282.548,00			28.282.548,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(24.075.038,08)		(24.075.038,08)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(29.078.355,49)	(29.078.355,49)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	232.541.000,00	(38.114.089,40)	(227.560.554,05)	(33.133.643,45)
Lucro do exercício			95.624.010,12	95.624.010,12
Aumento de capital	20.000.000,00			20.000.000,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(32.893.190,62)		(32.893.190,62)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	252.541.000,00	(71.007.280,02)	131.936.543,93	49.597.176,05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por objetos sociais a administração de bens, empreendimentos e aplicações de recursos e participações societárias. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) **Ativo Não Circulante - Investimentos:** os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Empresa	Participação %	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência
Tramontina Colômbia	100	31.867.732,79	9.227.433,42
Tramontina Chile	99	49.100.689,68	14.436.236,93
Tramontina México	98	52.043.770,59	30.934.558,25
Tramontina USA (b.1)	100	-	36.064.804,15
Tramontina UAE (b.1)	49	-	(627.452,48)
Tramontina Caribe	100	2.582.174,22	(269.257,00)
Tramontina United Kingdom	100	4.859.932,89	401.451,37
Tramontina Household	49	6.156.793,51	(731.561,62)
Tramontina África	100	7.769.546,06	454.926,06
Tramontina Uruguay	100	43.771.816,37	(451.455,12)

b.1) Os Investimentos de Tramontina USA e UAE estão contabilizados no Passivo a descoberto, nos valores de R\$ 208.091.929,78 e R\$ 445.656,92 respectivamente. c) **Provisão para IRPJ e CSLL:** a apuração do lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social Anual, foram feitas com utilização durante os doze meses do ano-calendário do critério de balanços de suspensão ou redução, nos moldes da Lei nº 9.430/96 e IN SRF nº 93/97. **NOTA 4 -** Por força da Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia. **NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL** O capital social está representado por 252.541.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País. **Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2021.**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Clovis Tramontina - Presidente, Josélito Gusso - Vice-Presidente, Ildo Paludo, Eduardo Scomazzon
DIRETORIA EXECUTIVA: Ildo Paludo, Inácio Chies. CONTADOR: Fernando Rodrigo Pontin CRC/RS 101907/O-7

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA

BAIXE O APP JC



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL CIEE-RS

CNPJ Nº 92.954.957/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Associados: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 e as demais Demonstrações Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer dos Auditores Independentes, pertinentes aos Exercícios Sociais de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas., para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ 1)				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ 1)			
ATIVO	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		104.955.765	92.145.258	CIRCULANTE		14.183.268	16.516.308
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	92.717.056	80.707.575	Fornecedores e Credores		1.599.640	2.249.143
Aprender a Receber	5	6.878.230	6.602.498	Obrigações Sociais e Tributárias	12	4.328.021	5.124.894
Estágio a Receber	5	1.765.833	1.169.552	Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar	13	5.112.343	4.941.251
Convênios a Receber	6	2.136.000	1.630.000	Receitas a Realizar Centro de Eventos		153.738	292.551
Aluguéis a Receber		483.128	556.738	Receitas a Realizar de Convênios	6	2.381.526	236.881
Adiantamentos	7	726.385	1.077.765	Contratos imóv. unidades CIEE em construção	15	608.000	22.048
Almoxarifado		103.454	100.761	Outros Débitos	14	-	-
Despesas do Exercício Seguinte		145.679	300.369	NÃO CIRCULANTE		2.932.007	381.317
NÃO CIRCULANTE		229.743.422	206.291.638	Provisões para Contingências	14	97.503	226.000
Realizável a Longo Prazo		148.958.145	125.741.976	Outros Débitos a pagar	14	164.504	155.317
Depósitos Judiciais	14	737.237	516.836	Receitas a Realizar Convênios	6	2.670.000	-
Cauções	8	1.020.289	683.186	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	317.583.912	281.539.271
Convênios a Receber	6	2.670.000	-	Patrimônio Social		281.539.271	262.103.294
Investimentos Financeiros	9	144.530.619	124.541.954	Superávit do Período		36.044.641	19.435.977
Investimentos		401.728	401.728	TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO		334.699.187	298.436.896
Propriedades para Investimentos	10	36.360.865	37.830.788	As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
Imobilizado	11	44.022.684	42.317.146	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ 1)			
TOTAL DO ATIVO		334.699.187	298.436.896	Saldo em 01/01/2020		226.493.305	226.493.305
As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.				Transferência para Patrimônio Social		35.609.989	35.609.989
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ 1)				Superávit do Período		19.435.977	19.435.977
NOTA 01 - Contexto Operacional: O Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul - CIEE-RS, constituído por Assembleia em 28 de abril de 1969, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social beneficente, educacional e cultural, tendo prazo indeterminado, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 861, Bairro Higienópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90.550-142 e Foro na mesma cidade, regendo-se pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for pertinente. Fonte de Recursos - Os recursos para manutenção das atividades são obtidos mediante convênios operacionais, firmados com empresas e com órgãos públicos. O número de empresas conveniadas com Estagiários Ativos em 31/12/2021 era de 6.085 (6.018 em 2020). O número de empresas conveniadas com Aprendizes Ativos em 31/12/2021 era de 4.026 (3.826 em 2020). Os recursos para manutenção das atividades são obtidos por meio de contribuições institucionais do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, decorrentes das atividades de integração entre Empresa-Escola, por meio do Programa de Estágio de Estudantes Lei nº 11.788 de 25/09/2008, do Programa Aprender (art.428 e seguintes da CLT) e da Lei nº 10.097/2000, (a "Lei da Aprendizagem") e rendimentos auferidos do patrimônio, tais como aluguéis de salas, estacionamento, centro de eventos e teatro. As atividades desenvolvidas pelo CIEE/RS enquadram-se no disposto no art. 203, inciso III da constituição federal, art. 2º, inciso III e art 3º da Lei nº 8.742 de 1993 (LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social), e tem como objetivo a promoção da integração ao mundo do trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. As atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e ações sociais voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos. O CIEE/RS nada recebe diretamente, a título de doação ou subvenção imediata, de qualquer órgão federal, estadual ou municipal.				Saldo em 31/12/2020		262.103.294	262.103.294
NOTA 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da entidade e autorizadas para divulgação em 22 de março 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e, também, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.				Transferência para Patrimônio Social		19.435.977	(19.435.977)
NOTA 03 - Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Entidade:				Superávit do Período		36.044.641	36.044.641
a) Base de Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.				Saldo em 31/12/2021		281.539.271	317.583.912
b) Instrumentos Financeiros: Os Instrumentos Financeiros são classificados numa das três categorias: Instrumentos Financeiros ao custo amortizado; Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. A Entidade não possui operações com Instrumentos Financeiros de natureza decorrente de Derivativos.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
d) Receitas Operacionais: compreendem o valor justo das contraprestações recebidas ou a receber de contribuição institucional pela intermediação sobre as "Bolsas Auxílios de Estágios" do Programa Estágio, Programa Aprender - contribuição de capacitação teórica dos jovens e outras Receitas de Atividades meio da Entidade.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
e) Almoxarifado: O grupo é constituído pela aquisição de material de uso e consumo da Entidade, o qual está avaliado pelo custo médio ponderado de aquisição, não superando o valor de mercado.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
f) Outros Ativos e Passivos, Circulantes e Não Circulantes: Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
g) Investimentos Financeiros: São mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
h) Propriedades para Investimentos: Referem-se as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado por imóveis destinados a renda, os quais estão demonstrados pelo valor de custo. Inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. Depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
i) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. Depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados pela Administração da Entidade, não tendo sido identificada necessidade de alteração das expectativas anteriores.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no Imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
k) Ajuste a Valor Presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto e longo prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
l) Apuração do Resultado: O resultado do período foi apurado segundo Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. O Resultado do Período será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências estatutárias. O Resultado do Período será aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1) conforme destacado na nota 16.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			
m) Arrendamento mercantil e operacional NBC TG 06 (R3) - Arrendamento: Aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019 para unificar o modelo de contabilização do arrendamento, a NBC TG 06 (R3) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma (exceto aqueles enquadrados nas isenções) que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Nas análises realizadas pela Entidade não foi identificado a necessidade de ajuste decorrente da aplicação da nova norma, em suas demonstrações contábeis, uma vez que os saldos envolvidos não são representativos.				As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.			

n) **Uso de Estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando estimativas referentes a valorização de permutas, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação as estimativas.

o) **Provisão para Contingências:** A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 14. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis, incluindo-se a leitura das Notas Explicativas.

NOTA 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa: (a) Refere-se ao saldo de caixa da matriz. (b) Referem-se aos saldos disponíveis em contas correntes bancárias da matriz. (c) Referem-se aos saldos de Cartões de Débito do Fundo Fixo das unidades operacionais. (d) Referem-se principalmente a fundos de investimento e em Certificados de Depósito Bancário - CDB, administrados por bancos de grandeza nacional, que aplicam em cotas de fundos de investimentos em empresas de curto prazo, conforme análise das melhores taxas de mercado. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

	2021	2020
(a) Caixas	11.515	8.939
(b) Bancos	1.905.333	2.422.771
(c) Cartões Fundo Fixo unidades operacionais	105.966	135.573
(d) Aplicações Financeiras Ativo Circulante	90.694.242	78.140.292
	92.717.056	80.707.575

NOTA 05 - Aprender a Receber / Estágio a Receber: Referem-se às contribuições destinadas ao CIEE/RS, pelas organizações com convênio para o Programa de Integração ao Mundo do Trabalho - Estágio e Aprendizagem. Os saldos a receber correspondem basicamente as contribuições institucionais dos serviços prestados do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, cujo recebimento ocorre principalmente no mês subsequente. Sobre o montante em atraso provisionado há mais de 180 dias foi constituído o valor a título de provisão de créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização dos valores a receber do programa aprendiz.

	2021	2020
Total Contribuições Institucionais Estágio a Receber	1.765.833	1.169.552
Repasse e Contribuições Aprender a Receber	7.359.996	7.135.443
PCLD (Provisão Créditos Liquidação Duvidosa)	(481.766)	(532.945)
Total Contribuições Institucionais Aprender a Receber	6.678.230	6.602.498
	8.644.063	7.772.050

NOTA 06 - Convênios a Receber / Receitas a Realizar de Convênios: São registrados nesta rubrica os valores a receber do Governo do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos estabelecidos nos Termos de Colaboração FPE N.º 154/2018 e 164/2018 para a execução da Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo e Termo de Colaboração FPE N.º 2929/2020 Centro da Juventude Alvorada.

	2021	2020
Convênios a Receber - Ativo Circulante	2.136.000	1.630.000
Convênios a Receber - Ativo Não Circulante	2.670.000	-
Receitas a Realizar de convênios - Passivo Circulante	2.381.526	236.881
Receitas a Realizar de convênios - Passivo Não Circulante	2.670.000	-

NOTA 10 - Propriedades para Investimento: A propriedades para investimentos correspondem a propriedades para investimentos representadas por imóveis destinados a renda, os quais estão demonstrados e contabilizados pelo valor de custo e conforme preconiza a norma contábil está sendo divulgado seu valor justo. Abaixo detalhamos:

Conta Patrimonial	Adições/Baixas		Saldo Final		Depreciação		Tx	Total Líquido	Valor Justo
	Saldo Inicial				Período	Acumulada			
Propriedade invest.	45.436.653	-	45.436.653	18.105.865	1.469.923	19.575.788	4%	25.860.865	87.297.925
Terreno	10.500.000	-	10.500.000	-	-	-	-	10.500.000	12.500.000
Total	55.936.653	-	55.936.653	18.105.865	1.469.923	19.575.788	-	36.360.865	99.797.925

Conta Patrimonial	Adições/Baixas		Saldo Final		Depreciação		Tx	Total Líquido	Valor Justo
	Saldo Inicial				Período	Acumulada			
Propriedade invest.	45.436.653	-	45.436.653	16.093.495	2.012.370	18.105.865	4%	27.330.788	87.297.925
Terreno	10.500.000	-	10.500.000	-	-	-	-	10.500.000	12.500.000
Total	55.936.653	-	55.936.653	16.093.495	2.012.370	18.105.865	-	37.830.788	99.797.925

NOTA 11 - Imobilizado:

Conta Patrimonial	Adições		Saldo		Baixas		Saldo	Depreciação		Baixa Depr. Reclassif.	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido
	Saldo Inicial		Imobiliz.	Imobiliz.	Imobiliz.	Imobiliz.		Período	Período				
Computadores e perif.	6.239.594	109.310	-	134.392	6.214.512	4.450.881	536.128	133.362	4.853.647	20%	1.360.863	20%	1.360.863
Edifício	8.122.126	-	5.143.363	-	13.265.489	3.668.884	360.301	-	4.029.184	4%	9.236.305	4%	9.236.305
Imóveis	2.050.890	-	2.050.890	-	2.050.890	1.242.106	82.036	-	1.324.142	4%	726.748	4%	726.748
Instalações	6.443.022	254.921	-	6.319	6.691.624	5.637.753	137.479	5.747	5.769.486	10%	922.138	10%	922.138
Maq. e Equipamentos	1.645.269	59.765	-	23.333	1.681.701	1.520.070	30.616	23.181	1.527.505	10%	154.196	10%	154.196
Móveis e Utensílios	4.463.083	108.019	-	67.005	4.504.097	3.275.454	244.893	53.143	3.467.203	10%	1.036.894	10%	1.036.894
Obras em Andamento	29.002.581	2.656.172	(5.143.363)	75.581	26.439.809	-	-	-	-	-	26.439.809	-	26.439.809
Terrenos	4.145.730	-	-	4.145.730	-	-	-	-	-	-	4.145.730	-	4.145.730
Total	62.112.295	3.188.187	-	306.630	64.993.852	19.795.148	1.391.453	215.433	20.971.167	-	44.022.684	-	44.022.684

A reclassificação de Obras em Andamento para Edifícios refere-se a conclusão da construção do prédio Sede CIEE/Novo Hamburgo. O saldo remanescente da rubrica é composto por obras das futuras sedes:

CIEE Porto Alegre - Centro Histórico	R\$ 19.706.152
CIEE Santa Maria	R\$ 4.975.290
CIEE Gravataí	R\$ 1.758.367

Conta Patrimonial	Adições		Saldo		Depreciação		Baixa Depr. Reclassif.	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido
	Saldo Inicial		Imobilizado	Imobilizado	Período	Período				
Computadores e perif.	5.215.673	1.023.922	6.239.595	3.965.099	485.782	4.450.881	-	4.450.881	20%	1.788.714
Edifício	8.122.126	-	8.122.126	3.891.323	1.554.984	1.777.422	-	3.668.885	4%	4.453.241
Imóveis	2.050.890	-	2.050.890	1.160.070	82.036	-	-	1.242.106	4%	808.784
Instalações	6.291.068	151.955	6.443.023							

... continuação

NOTA 13 - Bolsa Auxílio a Repassar Estagiários: São registrados nesta rubrica os valores de Bolsa-Auxílio recebidos das empresas conveniadas pelo CIEE. Nesse sistema, os valores de Bolsa Auxílio são inicialmente recebidos pelo CIEE das empresas concedentes de estágio e repassados integralmente aos estagiários contratados. Esses eventos são registrados no Passivo Circulante, nas rubricas BAE Recebidas e BAE Distribuídas, respectivamente

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar.

NOTA 14 - Depósitos Judiciais, Provisões para Contingências e Outros Débitos: A Entidade é parte de diversos processos de natureza trabalhista e cível, à cargo de consultores jurídicos externos, os quais estimam como perdas prováveis os valores de R\$ 97.503 em 2021 (R\$ 226.000 em 2020). As provisões pra eventuais perdas prováveis são estimadas e atualizadas pela Administração.

Table with 4 columns: Provisões para Contingências, 2021, 2020, and another column. Rows include Provisões para Contingências.

Table with 6 columns: Descrição, 2021, 2020, 2021, 2020, and another column. Rows include Saldo Inicial, Adições, Baixas, Saldo Final.

Existem processos em andamento contra a Entidade, os quais foram analisados por seus assessores jurídicos e classificados como possíveis obrigações futuras, para os quais foram estimados valores de desembolso no montante de R\$ 837.375 em 2021 (R\$ 756.490 em 2020)

NOTA 15 - Contratos imóveis unidários CIEE em Construção: Refere-se ao saldo a pagar em 31/12/2021 relativo à aquisição do quinto pavimento comercial com 05 vagas de estacionamento (1.512,8016 m²) do Edifício Commercial Office Tower para futura sede do CIEE Santa Maria.

NOTA 16 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Débitos ocorridos ao longo dos exercícios, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade, conforme legislação aplicável e seu estatuto social do CIEE/RS deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção dos seus objetivos, não podendo por consequência, distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de seus resultados.

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Receita Centro de Eventos, Receita de Aluguéis salas/gíqts, etc.

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Receita Centro de Eventos, Receita de Aluguéis salas/gíqts, etc.

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Receita Centro de Eventos, Receita de Aluguéis salas/gíqts, etc.

NOTA 18 - Custos e Despesas Operacionais de Assistência Social: O CIEE-RS, enquanto organização de Assistência Social e fazendo parte da rede socioassistencial privada, atua diretamente em dois sistemas buscando mecanismos para garantir a promoção da proteção social, atendendo indivíduos e suas famílias. Com isso, seja através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS ou do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, a Entidade desenvolve suas ações baseadas nestes princípios, buscando a garantia da promoção dos direitos socioassistenciais.

NOTA 19 - Outras Atividades Operacionais: Outras atividades operacionais - Locações Centro de Eventos/Salas e Cjtos/Estacionamento/Cafeteria

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Materiais de Consumo, etc.

NOTA 20 - Trabalho Voluntário: Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, alterada em 21/08/2015, "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício das suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro". O CIEE/RS valoriza as receitas com trabalho voluntário inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo, considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Materiais de Consumo, etc.

NOTA 21 - Resultado Financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações e linhas de telefonia e da variação monetária de caucões de aluguel. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

NOTA 22 - Certificados, Imunidades, Isenções e Renucia Fiscal: O CIEE-RS é constituído como Associação Civil sem fins lucrativos, que atua na área de Assistência Social, da Educação e Cultural, e nesta condição é possuidora dos seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976; inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Porto Alegre, nº 246/99

NOTA 23 - Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000 para responsabilidade civil e para danos materiais e bens ativo imobilizado R\$ 61.563.683.

NOTA 24 - Gestão: a) Gestão de Risco Financeiro: As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua.

b) Gestão de Capital: Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A Entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação do programa estágio e capacitação do programa agenda legal, para o financiamento de suas atividades sociais, além do convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para execução dos programas P.O.D. Socioeducativo e Centro da Juventude Alvorada, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

NOTA 25 - COVID-19: Desde o final de 2019, o mundo tem vivenciado a propagação do COVID-19 usualmente chamado de Coronavírus. Com o agravamento gradativo da situação e a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desencadeou decisões significativas dos governos e entidades do setor privado, gerando os mais diversos impactos nos agentes econômicos, na economia e no funcionamento da sociedade. A Gestão do CIEE/RS avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar impactos do surto do COVID-19 nas operações e nas demonstrações financeiras. A entidade avalia o risco de crédito de seus parceiros bem como mantém seus recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. A posição de caixa demonstra liquidez favorável para enfrentamento da crise e efeitos da pandemia. O CIEE/RS adotou as ações previstas na Medida Provisória 1.045/2021 relativas a suspensão e redução de horários de trabalho para enfrentamento e manutenção de empregos e reorganizou seu quadro de pessoal e suas atividades considerando os efeitos da pandemia. Adotou medidas no intuito de preservar a saúde e o máximo de suporte com atendimento à distância das empresas conveniadas, aprendizs e estagiários procurando minimizar as possibilidades de contágio do COVID-19, suspendendo encontros presenciais de capacitação teórica realizando atendimentos à distância nos seus programas de acordo com as recomendações e protocolos das autoridades de saúde e demais órgãos governamentais. Também preocupado em preservar a saúde e integridade dos seus colaboradores adotou na operação presencial a modalidade de

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Serviços / Programas de Assistência Social: 2021

Table with 6 columns: Descrição, Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Aprendiz, Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Estágio, Programa de Oportunidades e Direitos: P.O.D. Socioeducativo, Serviços de Desenvolvimento Socioeducativo oficinas, Programa Centro da Juventude Alvorada, 2021. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Seguros de Vida e Assistência Médica, etc.

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Serviços / Programas de Assistência Social: 2020

Table with 6 columns: Descrição, Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Aprendiz, Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Estágio, Programa de Oportunidades e Direitos: P.O.D. Socioeducativo, Curso de Capacitação/ Programa de Assessoramento/ Ações Sociais, 2020. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Seguros de Vida e Assistência Médica, etc.

NOTA 19 - Outras Atividades Operacionais:

Outras atividades operacionais - Locações Centro de Eventos/Salas e Cjtos/Estacionamento/Cafeteria

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Materiais de Consumo, etc.

NOTA 20 - Trabalho Voluntário: Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, alterada em 21/08/2015, "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício das suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro". O CIEE/RS valoriza as receitas com trabalho voluntário inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo, considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Materiais de Consumo, etc.

Despesas com Trabalho Voluntário (3.386.400) (3.295.200)
Receitas com Trabalho Voluntário 3.386.400 3.295.200
Trabalho Voluntário - -

NOTA 21 - Resultado Financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações e linhas de telefonia e da variação monetária de caucões de aluguel. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

NOTA 22 - Certificados, Imunidades, Isenções e Renucia Fiscal: O CIEE-RS é constituído como Associação Civil sem fins lucrativos, que atua na área de Assistência Social, da Educação e Cultural, e nesta condição é possuidora dos seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976; inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Porto Alegre, nº 246/99

NOTA 23 - Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000 para responsabilidade civil e para danos materiais e bens ativo imobilizado R\$ 61.563.683.

NOTA 24 - Gestão: a) Gestão de Risco Financeiro: As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua.

b) Gestão de Capital: Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A Entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação do programa estágio e capacitação do programa agenda legal, para o financiamento de suas atividades sociais, além do convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para execução dos programas P.O.D. Socioeducativo e Centro da Juventude Alvorada, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

NOTA 25 - COVID-19: Desde o final de 2019, o mundo tem vivenciado a propagação do COVID-19 usualmente chamado de Coronavírus. Com o agravamento gradativo da situação e a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desencadeou decisões significativas dos governos e entidades do setor privado, gerando os mais diversos impactos nos agentes econômicos, na economia e no funcionamento da sociedade. A Gestão do CIEE/RS avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar impactos do surto do COVID-19 nas operações e nas demonstrações financeiras. A entidade avalia o risco de crédito de seus parceiros bem como mantém seus recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. A posição de caixa demonstra liquidez favorável para enfrentamento da crise e efeitos da pandemia. O CIEE/RS adotou as ações previstas na Medida Provisória 1.045/2021 relativas a suspensão e redução de horários de trabalho para enfrentamento e manutenção de empregos e reorganizou seu quadro de pessoal e suas atividades considerando os efeitos da pandemia. Adotou medidas no intuito de preservar a saúde e o máximo de suporte com atendimento à distância das empresas conveniadas, aprendizs e estagiários procurando minimizar as possibilidades de contágio do COVID-19, suspendendo encontros presenciais de capacitação teórica realizando atendimentos à distância nos seus programas de acordo com as recomendações e protocolos das autoridades de saúde e demais órgãos governamentais. Também preocupado em preservar a saúde e integridade dos seus colaboradores adotou na operação presencial a modalidade de

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Seguros de Vida e Assistência Médica, etc.

Despesas com Trabalho Voluntário (3.386.400) (3.295.200)
Receitas com Trabalho Voluntário 3.386.400 3.295.200
Trabalho Voluntário - -

NOTA 21 - Resultado Financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações e linhas de telefonia e da variação monetária de caucões de aluguel. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

NOTA 22 - Certificados, Imunidades, Isenções e Renucia Fiscal: O CIEE-RS é constituído como Associação Civil sem fins lucrativos, que atua na área de Assistência Social, da Educação e Cultural, e nesta condição é possuidora dos seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976; inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Porto Alegre, nº 246/99

NOTA 23 - Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000 para responsabilidade civil e para danos materiais e bens ativo imobilizado R\$ 61.563.683.

NOTA 24 - Gestão: a) Gestão de Risco Financeiro: As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua.

b) Gestão de Capital: Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A Entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação do programa estágio e capacitação do programa agenda legal, para o financiamento de suas atividades sociais, além do convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para execução dos programas P.O.D. Socioeducativo e Centro da Juventude Alvorada, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

NOTA 25 - COVID-19: Desde o final de 2019, o mundo tem vivenciado a propagação do COVID-19 usualmente chamado de Coronavírus. Com o agravamento gradativo da situação e a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desencadeou decisões significativas dos governos e entidades do setor privado, gerando os mais diversos impactos nos agentes econômicos, na economia e no funcionamento da sociedade. A Gestão do CIEE/RS avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar impactos do surto do COVID-19 nas operações e nas demonstrações financeiras. A entidade avalia o risco de crédito de seus parceiros bem como mantém seus recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. A posição de caixa demonstra liquidez favorável para enfrentamento da crise e efeitos da pandemia. O CIEE/RS adotou as ações previstas na Medida Provisória 1.045/2021 relativas a suspensão e redução de horários de trabalho para enfrentamento e manutenção de empregos e reorganizou seu quadro de pessoal e suas atividades considerando os efeitos da pandemia. Adotou medidas no intuito de preservar a saúde e o máximo de suporte com atendimento à distância das empresas conveniadas, aprendizs e estagiários procurando minimizar as possibilidades de contágio do COVID-19, suspendendo encontros presenciais de capacitação teórica realizando atendimentos à distância nos seus programas de acordo com as recomendações e protocolos das autoridades de saúde e demais órgãos governamentais. Também preocupado em preservar a saúde e integridade dos seus colaboradores adotou na operação presencial a modalidade de

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Seguros de Vida e Assistência Médica, etc.

Despesas com Trabalho Voluntário (3.386.400) (3.295.200)
Receitas com Trabalho Voluntário 3.386.400 3.295.200
Trabalho Voluntário - -

NOTA 21 - Resultado Financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações e linhas de telefonia e da variação monetária de caucões de aluguel. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

NOTA 22 - Certificados, Imunidades, Isenções e Renucia Fiscal: O CIEE-RS é constituído como Associação Civil sem fins lucrativos, que atua na área de Assistência Social, da Educação e Cultural, e nesta condição é possuidora dos seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, conforme Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976; inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Porto Alegre, nº 246/99

NOTA 23 - Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000 para responsabilidade civil e para danos materiais e bens ativo imobilizado R\$ 61.563.683.

NOTA 24 - Gestão: a) Gestão de Risco Financeiro: As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua.

b) Gestão de Capital: Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A Entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação do programa estágio e capacitação do programa agenda legal, para o financiamento de suas atividades sociais, além do convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para execução dos programas P.O.D. Socioeducativo e Centro da Juventude Alvorada, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

NOTA 25 - COVID-19: Desde o final de 2019, o mundo tem vivenciado a propagação do COVID-19 usualmente chamado de Coronavírus. Com o agravamento gradativo da situação e a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desencadeou decisões significativas dos governos e entidades do setor privado, gerando os mais diversos impactos nos agentes econômicos, na economia e no funcionamento da sociedade. A Gestão do CIEE/RS avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar impactos do surto do COVID-19 nas operações e nas demonstrações financeiras. A entidade avalia o risco de crédito de seus parceiros bem como mantém seus recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. A posição de caixa demonstra liquidez favorável para enfrentamento da crise e efeitos da pandemia. O CIEE/RS adotou as ações previstas na Medida Provisória 1.045/2021 relativas a suspensão e redução de horários de trabalho para enfrentamento e manutenção de empregos e reorganizou seu quadro de pessoal e suas atividades considerando os efeitos da pandemia. Adotou medidas no intuito de preservar a saúde e o máximo de suporte com atendimento à distância das empresas conveniadas, aprendizs e estagiários procurando minimizar as possibilidades de contágio do COVID-19, suspendendo encontros presenciais de capacitação teórica realizando atendimentos à distância nos seus programas de acordo com as recomendações e protocolos das autoridades de saúde e demais órgãos governamentais. Também preocupado em preservar a saúde e integridade dos seus colaboradores adotou na operação presencial a modalidade de

Table with 4 columns: Descrição, 2021, 2020, and another column. Rows include Salários e encargos de Pessoal, Seguros de Vida e Assistência Médica, etc.

rodízio obedecendo as limitações percentuais dos decretos estaduais e municipais do RS, disponibilizando suprimentos de prevenção a Covid-19 (máscaras de proteção, álcool gel e álcool isopropílico) aos seus colaboradores.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2021

Table with 3 columns: Name, CPF, and Title. Rows include José Carlos Hrubý, Philippe Olivier Alexandre Navaux, Paulo Roberto Diehl Kruse, Ronaldo Netto Sielichow, 1º Vice-Presidente.

Table with 3 columns: Name, CPF, and Title. Rows include Lucas Antônio Sciapina Baldissertotto, Superintendente Executivo; Fernando Marcos Stuepp Cavalcanti, Contador CRC/RS 059799.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Diretoria da Entidade, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o inteiro teor do relatório, parecer e constatações dos Auditores Independentes – Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores - bem como, as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, no exame das demonstrações contábeis parciais, opina, pela totalidade de seus membros titulares, que as referidas Demonstrações Financeiras estão compatíveis com as normas usualmente praticadas pela Entidade e em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 05 de abril de 2022.

Table with 3 columns: Name, Title, and Profession. Rows include Marcos Odorico Oderich, Nelson Lídio Nunes, Levino Luiz Crestani.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL - CIEE/RS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Entidades sem finalidade de lucros. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

Table with 3 columns: Name, Title, and Profession. Rows include Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores; Cassmarvil Bortolotti da Rosa, Contadora-RS-90514/O.